

# ENSAIO SOBRE OS LIMITES DE UMA TEORIA SEMIOLÓGICA DA COMUNICAÇÃO

SILNEI SCHARTEN SOARES

*Editora*  
UFPR

Editora  
UNICENTRO  


# ENSAIO SOBRE OS LIMITES DE UMA TEORIA SEMIOLÓGICA DA COMUNICAÇÃO



**Reitor**

Ricardo Marcelo Fonseca

**Vice-Reitora**

Graciela Inês Bolzón de Muniz

**Pró-Reitor de Extensão e Cultura**

Leandro Franklin Gorsdorf

**Diretor da Editora UFPR**

Rodrigo Tadeu Gonçalves

**Vice-Diretor da Editora UFPR**

Hertz Wendel de Camargo

**Conselho Editorial que Aprovou este Livro**

Claudio José Barros de Carvalho

Cristina Gonçalves de Mendonça

Edison Luiz Almeida Tizzot

Emerson Joucoski

Everton Passos

Jane Mendes Ferreira

Márcia Santos de Menezes

Marcus Levy Albino Bencostta



**Reitor**

Osmar Ambrósio de Souza

**Vice-Reitor**

Vitor Hugo Zanette

**Diretora da Editora UNICENTRO**

Denise Gabriel Witzel

**Assessoria Técnica**

Beatriz Anselmo Olinto

Ruth Rieth Leonhardt

Suelem Lopes

Victor Mateus Gubert Teo

**Divisão de Editoração**

Renata Daletese

SILNEI SCHARTEN SOARES

# ENSAIO SOBRE OS LIMITES DE UMA TEORIA SEMIOLÓGICA DA COMUNICAÇÃO

*Editora*  
UFPR

Editora  
UNICENTRO



© Silnei Scharten Soares

# ENSAIO SOBRE OS LIMITES DE UMA TEORIA SEMIOLÓGICA DA COMUNICAÇÃO



**Coordenação Editorial**  
Rachel Cristina Pavim

**Assessoria Editorial**  
Reinaldo Weber

**Revisão**  
José Olivir de Freitas Junior  
Daniele Soares Carneiro

**Revisão Final**  
Do autor

Série Pesquisa, n. 352  
ISBN 978-85-8480-164-0  
Ref. 950

**Direitos desta edição reservados à  
Editora UFPR**

Rua João Negrão, 280, 2º andar - Centro  
Tel.: (41) 3360-7489  
80010-200 - Curitiba - Paraná - Brasil  
www.editora.ufpr.br  
editora@ufpr.br



**Divisão de Editoração**  
Renata Daletese

**Correção**  
Dalila Oliva de Lima Oliveira  
Luigi Chiaro

**Diagramadores**  
Lucas Minozzo Kulka  
Victor Mateus Gubert Teo

**Diagramação e Capa**  
Victor Mateus Gubert Teo

**Direitos desta edição reservados à  
Editora UNICENTRO**

Rua Salvatore Renna, 875, Santa Cruz  
CEP 85015-430 - Guarapuava-PR.  
Fone: (42) 3621-1019  
www.unicentro.br/editora  
editora@unicentro.br

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS  
BIBLIOTECA CENTRAL – COORDENAÇÃO DE PROCESSOS TÉCNICOS

---

S676e Soares, Silnei Scharten

Ensaio sobre os limites de uma teoria semiológica da comunicação /  
Silnei Scharten Soares. – Curitiba, PR : Ed. UFPR ; Guarapuava, PR :  
Ed. Unicentro, 2019.  
265, [1] p. ; 21 cm. – (Série pesquisa, n. 352).

Inclui referências: p. 257-268  
ISBN 978-85-8480-164-0

I. Comunicação. 2. Semiótica. 3. Teoria da informação. I. Título.  
II. Série.

CDD:401.41  
CDU: 003:801

---

Bibliotecário: Arthur Leitis Junior - CRB 9/1548



A MEU PAI, OLIVÉRIO SOARES, E MINHA MÃE, ROMILDA SCHARTEN SOARES, PORQUE, AO ME ENSINAREM TUDO QUE SABIAM, DEMONSTRARAM O VALOR INESTIMÁVEL DA EDUCAÇÃO.

A CRIS, QUE AGORA É UMA ESTRELA, PELO CARINHO, PELA PACIÊNCIA E PELO APOIO INCONDICIONAL, NA ALEGRIA E NA TRISTEZA, NO JÚBILO E NA DESESPERANÇA.

AO FELIPE, POR ESTAR NO CAMINHO CERTO.

AO PROFESSOR DOUTOR PEDRO RUSSI, PESQUISADOR INCANSÁVEL E EXEMPLO DE RESPEITO AO CONHECIMENTO, PELA SABEDORIA.

AO PROFESSOR DOUTOR LUIZ MARTINO, QUE SABE COMO NINGUÉM DOSAR, NA MEDIDA CERTA, RIGOR E ELEGÂNCIA.

AOS COLEGAS DA LINHA DE PESQUISA TEORIAS E TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO, DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO DA UNB, PELO COMPANHEIRISMO E PELA ENORME VONTADE DE APRENDER.

AOS MEMBROS DA BANCA AVALIADORA DE MINHA TESE, DOUTORAS IRENE MACHADO, JANARA LOPES LEAL, CLAUDIA BUSATO, E DOUTORES LUIZ MARTINO E TIAGO QUIROGA, PELA LEITURA CRÍTICA E ATENTA.

AO CNPQ, PELA CONCESSÃO DA BOLSA DE ESTUDOS QUE PERMITIU VIABILIZAR A PESQUISA.



AQUILO QUE SE DETERIOROU POR CULPA DOS HOMENS  
PODE SER PELO SEU TRABALHO RESTAURADO.  
O QUE LEVOU A ESSE ESTADO DE CORRUPÇÃO NÃO FOI UM DESTINO IMUTÁVEL,  
[...] MAS SIM O USO ABUSIVO DA LIBERDADE.  
O TRABALHO VISANDO À MELHORIA DAS CONDIÇÕES É PROMISSOR,  
POIS ESTÁ EM HARMONIA COM AS POSSIBILIDADES DO MOMENTO.

*I Ching*

# SUMÁRIO

13

INTRODUÇÃO

O ESTRUTURALISMO E O CAMPO DA  
COMUNICAÇÃO

35

A CONSTITUIÇÃO DO  
CAMPO DA COMUNICAÇÃO  
(EM SUA RELAÇÃO COM O  
ESTRUTURALISMO)

77

O ESTRUTURALISMO NA  
ENCRUZILHADA ENTRE O  
FORMALISMO MATEMÁTICO  
E O MODERNISMO  
LITERÁRIO

109

O PÓS-ESTRUTURALISMO:  
FUNTE DO GETUBISMO  
CONTEMPORÂNEO

# ÍNDICE

131  
MODELOS E TEORIAS  
DA COMUNICAÇÃO: A  
CONVERGÊNCIA COM A  
SEMIOLÓGIA

173  
TEORIA DA INFORMAÇÃO:  
A COMUNICAÇÃO  
HUMANA COMO FÓRMULA  
ESTATÍSTICA

183  
SEMIOLOGIA E TEORIA DA  
COMUNICAÇÃO  
AS FONTES MATEMÁTICAS E  
LINGÜÍSTICAS DA TEORIA  
DA COMUNICAÇÃO: A  
ONTOLOGIZAÇÃO DA ESTRUTURA

197  
UMA CIÊNCIA DA  
COMUNICAÇÃO NA ÓRBITA  
DA LINGÜÍSTICA

207  
A TEORIA DA INFORMAÇÃO E  
A ONTOLOGIA DO FONEMA

217  
TEORIA DA INFORMAÇÃO  
E FUNÇÃO POÉTICA: A  
LINGUAGEM AUTOTELICA

237  
CONSIDERAÇÕES  
FINAIS  
257  
REFERÊNCIAS

# INTRODUÇÃO

The background is a dark, moody composition with a torn paper or ink-wash aesthetic. On the right side, there is a bright, hazy area that looks like a sunset or sunrise, with a silhouette of a person standing and a palm tree. The overall tone is somber and artistic.

Ao indicar os limites de uma teoria semiológica da comunicação, o título deste livro sugere sua eventual superação numa reflexão que poderia ser nomeada como semiótica – ou “pós-semiológica” (ver nota de rodapé abaixo). Com esta expressão não se quer fazer referência ao pós-estruturalismo, mas sim à tradição filosófica da teoria dos signos, chamada por John Deely (1990, p. 23) de “tradição Poinot-Locke-Peirce” e por Thomas Sebeok (1989, p. 4) de “tradição maior”, que inclui Locke e Peirce, mas também Hipócrates e Galeno, precursores da semiótica médica. Sebeok nomeou-a assim para diferenciá-la precisamente da “tradição menor”, inspirada originalmente em Saussure.

Como alerta Deely, não se trata de uma oposição entre duas tradições que tenham se desenvolvido isoladamente, mas, antes, da definição de escopos de distinta amplitude: enquanto na tradição menor desenvolveu-se “uma ‘ciência’ dos signos centrada exclusivamente em textos literários e nos outros artefatos da cultura, sempre tratados de acordo com os padrões da língua e quase como se fossem a mesma coisa que ela” (DEELY, 1990, p. 20-21), a tradição maior elaborou um quadro mais geral da atividade sígnica, no qual a semiose tipicamente humana (a antroposseiose) integra-se como um subgrupo, que inclui entre suas realizações a semiose linguística e a literária. Para Deely, a “semiótica forma um todo do qual a semiologia é uma parte”<sup>1</sup> (DEELY, 1990, p. 23), e considerar a última como sinônimo da primeira implica cair na falácia do tipo *pars pro toto*. Portanto, o que estou chamando aqui de semiótica não se confunde com semiologia. Sabe-se que a terminologia foi unificada em 1969 pela Associação Internacional de Semiótica, presidida na época por Roman Jakobson. A associação “decidiu adotar semiótica como termo geral do território de investigações

1 *Esta distinção será adotada neste livro. Apesar disso, também usarei o termo “Semiótica”, com inicial maiúscula, para tratar do amplo campo da teoria dos signos, de maneira geral, incluindo, em seu âmbito, ambas as tradições. Sempre que houver necessidade de distinguir entre uma e outra, irei me referir à tradição menor como “semiologia”(com seus correlatos, como “semiológico” etc.), e à maior como “semiótica”.*

nas tradições da semiologia e da semiótica geral” (NÖTH, 1995, p. 26). Apesar desta decisão, optei por diferenciar ambas as tradições.

Em sua proposta original, a intenção deste trabalho era mapear os aportes que a tradição maior da Semiótica poderia fornecer à Comunicação<sup>2</sup>. O pressuposto era de que esta tradição estaria apta a superar os limites da teorização sobre a Comunicação elaborada no âmbito da tradição menor da Semiótica – ou seja, da semiologia. No entanto, à medida que a pesquisa avançava, ficou evidente que não bastava tomar estes limites como dados, era necessário explicitá-los. Reconfigurada a questão, a ideia original foi reformulada.

O texto cuja leitura ora se inicia propõe-se a responder a seguinte pergunta: quais são os limites de uma teoria semiológica da comunicação? Defino *limite* como a fronteira além da qual a teoria perde a capacidade de formular novos problemas, exaurindo seu potencial abduativo, ou seja, a possibilidade de geração de hipóteses a partir de uma inferência frágil sobre fatos ainda sem explicação. A abdução parte dos fatos observados de modo a sugerir uma teoria na qual serão deduzidas as consequências necessárias da adoção da hipótese, a ser testada experimentalmente de forma indutiva. Nas palavras de Peirce:

A abdução, tendo sugerido uma teoria, empregamos a dedução para inferir daquela teoria ideal uma variedade promíscua de consequências, em razão da qual, se realizarmos certos atos, nos encontraremos confrontados com certas experiências. Passamos então a empreender estas experiências e, se as previsões da teoria forem verificadas, teremos adquirido a confiança de que as experiências que ainda restam irão confirmar a teoria (CP 8. 209)<sup>3</sup>.

- 2 *Daqui em diante, sempre que usar a inicial maiúscula (“Comunicação”), estarei referindo-me à ciência ou disciplina da comunicação; a inicial minúscula irá se referir ao fenômeno da comunicação.*
- 3 *CP são os Collected Papers de Peirce. O primeiro número refere-se ao volume, e os números seguintes ao ponto, ao parágrafo. Além disso, todas as traduções de citações em língua estrangeira a partir daqui são minhas.*

A abdução ter origem no confronto com os fatos não impede que a definamos como componente de uma teoria. Sendo um raciocínio, a abdução – assim como os outros dois tipos de inferência – envolve atividade sógnica e, portanto, compartilha elementos de Terceiridade, a categoria fenomenológica a que Peirce atribui os traços de abstração e generalidade. Afirmar que uma teoria possa ter dissipado seu potencial abdutivo, portanto, significa diagnosticar sua deterioração epistemológica, teórica e/ou metodológica<sup>4</sup>.

Pois bem, neste esforço de explicitação dos limites da reflexão teórica sobre comunicação levada a termo pela semiologia, foi ganhando consistência a hipótese de que esta teorização acabou por se tornar uma das fontes do ceticismo com relação ao estatuto epistemológico da Comunicação, por si só bastante débil. No desenvolvimento desta hipótese, optei por situar a questão inicialmente no contexto teórico do estruturalismo, uma vez que é daí que advêm os problemas que iriam determinar as insuficiências desta teorização. No primeiro capítulo, caracterizo o ceticismo que permeia o campo da Comunicação desde sua constituição, tentando identificar a parte que cabe, neste ceticismo, à reflexão estruturalista, em cujo âmbito a teoria da informação de Shannon e Weaver encontrou um terreno fértil para seu florescimento. Adiante veremos porque isso é importante.

O estruturalismo foi um movimento intelectual que, entre os anos de 1950 e 1960, achou por bem eleger a si mesmo como avatar da cientificidade das humanidades e das ciências sociais, alçando o conceito de *estrutura* (em que pesem suas inúmeras variantes) ao patamar de princípio de racionalidade do conhecimento científico e filosófico. Grande parte do sucesso da empreitada estruturalista pode ser debitada a seu cientificismo, expresso na incorporação de conceitos e métodos das ciências duras – particularmente, da matemática –, articulados

4 *“Deterioração” não deve ser entendido como sinônimo de “extinção” ou “morte”. Ao contrário: uma leitura atenta do trecho citado na epígrafe deveria deixar claro que a deterioração é apenas uma etapa, que antecede a restauração.*

aos princípios da linguística saussuriana. Fiel ao clima intelectual da época, o estruturalismo adotou a ideia de que, para ser considerada “científica”, a pesquisa necessitava objetivar a variedade de manifestações do fenômeno por meio de sua redução a um modelo formal, o único capaz de revelar sua estrutura imanente. O *sentido* do fenômeno seria desvelado pela identificação desta estrutura. Quanto mais rigorosa a construção do modelo, maior seria a revelação das diversas camadas de sentido do objeto e mais confiáveis os resultados obtidos pela análise.

O recurso à linguística era fundamental por duas razões. A primeira, de ordem epistemológica, remete aos procedimentos adotados por Ferdinand de Saussure para promover a bem-sucedida conquista da autonomia da linguística no início do século XX. Estes procedimentos – a definição do signo como uma entidade puramente relacional, opositiva e negativa; o privilégio dado à sincronia; a concepção da língua como sistema etc. – permitiram a Saussure delimitar com precisão o objeto da linguística, e se tornaram o modelo almejado pelas humanidades em sua demanda por um estatuto de cientificidade equivalente ao alcançado pelas ciências exatas e da natureza. A segunda razão da adoção da linguística como ciência piloto está relacionada ao projeto de modernização das ciências sociais e das humanidades, ocorrido na França, em meados dos anos de 1950, que se apropriou do êxito da empreitada de Saussure para legitimar-se ideologicamente. A ruptura com a ciência praticada até então teve no corte saussuriano sua fonte de inspiração declarada.

A modernização levada a efeito pelos estruturalistas reforçou a concepção formal do sistema da língua por meio da matematização<sup>5</sup> da estrutura, com a intenção de romper com o historicismo e o humanismo então vigentes na filosofia francesa da época. A formalização da estrutura incluiu também a recuperação dos estudos literários desen-

5 Chamo de “matematização” a incorporação de conceitos da matemática por parte de teorias não matemáticas.

volvidos pelos chamados formalistas russos, atualizando-os por meio de sua articulação com a produção literária modernista, reforçando assim os traços autorreferenciais da linguagem. Do modernismo, resgatou-se também a crítica à modernidade.

Ironicamente, a inviabilidade do estruturalismo pode ser atribuída às mesmas razões pelas quais alcançou tanto sucesso: o fechamento estrutural por meio da formalização matemática e a crítica modernista à cultura. Estes traços explicam também por que o pós-estruturalismo configura, simultaneamente, ruptura e continuidade com o estruturalismo: por um lado, o pós-estruturalismo foi uma reação aos excessos cientificistas do estruturalismo, mas, por outro, promoveu um aprofundamento de seu *pathos* modernista. A dubiedade do pós-estruturalismo explora à exaustão a oscilação constante no estruturalismo entre as definições epistemológica e ontológica da estrutura, fatal para um movimento intelectual que se pretendia antimetafísico. A postulação de uma homologia entre os modelos estruturais elaborados pelo procedimento metodológico e a natureza do próprio objeto faz do pesquisador um demiurgo, e, da estrutura, seu *fiat lux*. Não seria surpresa, portanto, que contradições surgidas em decorrência da extensão do método estruturalista a domínios cada vez mais afastados da linguística acabassem abalando a concepção ontológica de estrutura. O ceticismo daí decorrente traduziu-se, no plano epistemológico, na negação da racionalidade científica e, no plano ontológico, no afastamento definitivo do real empírico. Para aqueles que haviam adotado como profissão de fé a realidade da estrutura – ou melhor, a estrutura *como* realidade – restou somente a descrença.

O pós-estruturalismo viria a radicalizar este ceticismo, convertendo a ideologia modernista do estruturalismo em estilo filosófico que combina a especulação mais desabrida a um simulacro de rigor científico com a intenção de solapar a racionalidade da própria ciência. A evolução da reflexão estruturalista pode ser entendida então como a migração de um período inicial, no qual a linguística fora eleita como

modelo de cientificidade, a uma fase final, que aprofunda os ceticismos epistemológico e ontológico decorrentes da implosão da estrutura. Entre os dois extremos, situa-se uma etapa moderada, que evita tanto os excessos cientificistas de um quanto a especulação filosófica inconsistente do outro. O ceticismo que marca atualmente o campo da Comunicação desenvolveu-se em constante interação com esta trajetória. Sua origem coincidiu com a fase inicial do estruturalismo, fortemente cientificista. Que um cientificismo extremado possa ter dado à luz a um ceticismo radical é uma das peculiaridades compartilhadas pela história intelectual da Comunicação e do estruturalismo. Este é o tema da primeira parte do texto, que enfatizará os aspectos ideológicos desta convergência.

A segunda parte desloca o olhar: em vez da relação entre o *estruturalismo* e o *campo* da Comunicação, vista de uma perspectiva panorâmica, a sequência do texto concentra o foco na *semiologia*, buscando identificar, na *teorização* sobre a comunicação por ela elaborada, aqueles elementos que a fizeram atingir seus limites explanatórios e heurísticos, favorecendo o surgimento do ceticismo. A semiologia, como não poderia deixar de ser, acompanhou a progressão do estruturalismo rumo ao ceticismo pós-estruturalista, de modo que é possível identificar aí três abordagens principais ao fenômeno da comunicação: de um lado, por um viés cientificista, busca-se legitimidade em modelos das ciências “duras”, principalmente a partir da incorporação da teoria da informação (ou teoria matemática da comunicação); de outro, a submissão do signo a um tratamento filosófico e literário, promotor de uma ruptura com o sentido, que nega não apenas a ciência, mas a possibilidade mesma da comunicação. Entre estes polos, é possível antecipar um meio-termo: a aposta na subjetividade do analista como critério de julgamento de toda e qualquer semiose que venha a lhe despertar a atenção (uma fotografia, por exemplo).

A primeira orientação tem como representantes destacados Roman Jakobson e Claude Lévi-Strauss (este, mesmo não sendo um

semiólogo, elaborou uma teoria da comunicação que seria decisiva para a reflexão jakobsoniana, e por isso o incluo na lista). A segunda poderia abranger todos aqueles pensadores identificados com o pós-estruturalismo, mas me restrinjo aqui a Julia Kristeva e, brevemente, a Jacques Derrida. O elo intermediário concentra-se na figura de Roland Barthes, o mais sutil e oblíquo pensador do estruturalismo, que, justamente por isso, desenvolveu uma trajetória intelectual altamente pessoal e matizada.

Durante esta trajetória, a semiologia foi parceira valiosa na tarefa de consolidação da Comunicação como campo, particularmente no momento em que ocorre uma demanda pela compreensão do fenômeno da “cultura de massa”. O diagnóstico já havia sido apresentado por Roland Barthes na introdução de *Elementos de semiologia*, cuja edição original é de 1964:

É certo que o desenvolvimento das comunicações de massa dá uma grande atualidade a esse campo imenso da significação, exatamente no momento em que o êxito de disciplinas como a Linguística, a Teoria da Informação, a Lógica Formal e a Antropologia Estrutural fornecem novos meios à análise semântica. Atualmente, há uma solicitação semiológica oriunda, não da fantasia de alguns pesquisadores, mas da própria história do mundo moderno (BARTHES, 2006, p. 11).

O fato desta convergência acontecer num período em que, segundo Luiz Martino (2006), a Comunicação ensaia seus primeiros passos rumo ao ceticismo, apenas reforça a ideia de que a semiologia estruturalista, ao colaborar para o estabelecimento do campo, já preparava o terreno para o florescimento das abordagens céticas que viriam a seguir. O que se pretende na segunda parte do texto é justamente evidenciar que o ceticismo pós-estruturalista, virtualmente presente na origem da aventura semiológica, pode ser identificado nas reflexões semiológicas sobre a comunicação.

Em comparação com a primeira parte, esta segunda vai se concentrar na discussão teórico-epistemológica, mapeando, na teia interdisciplinar pela qual a semiologia procurou apreender a comunicação, as suas matrizes conceituais. É sob esta perspectiva que a teoria da informação adquire relevância, na medida em que foi decisiva para a elaboração dos modelos pelos quais se procurou descrever o processo comunicativo. A incorporação da teoria da informação pela semiologia reafirma sua inserção naquele paradigma científico que o historiador italiano Carlo Ginzburg chamou de *galileano*, baseado na quantificação dos dados e na possibilidade de repetição das experiências, excluindo da esfera do saber científico tudo o que fosse da ordem do qualitativo e do individual.

O nascimento da crítica textual é sintoma da expansão deste paradigma: surgida após o desenvolvimento da escrita (obviamente) e consolidada após a invenção da imprensa, a crítica textual define seu objeto promovendo um corte radical em relação a todos os elementos tidos como não pertinentes, vinculados à gestualidade e à oralidade, para romper, logo a seguir, com tudo que estivesse ligado ao caráter físico da escrita.

O resultado dessa dupla operação foi a progressiva desmaterialização do texto, continuamente depurado de todas as referências sensíveis: mesmo que seja necessária uma relação sensível para que o texto sobreviva, o texto não se identifica com seu suporte (GINZBURG, 1989, p. 157).

A afirmação de que o livro da natureza é escrito em caracteres matemáticos e figuras geométricas é a metáfora usada por Galileu para tipificar a revolução científica provocada pelo surgimento da filosofia natural: a possibilidade de ler o mundo apartado de sua manifestação sensível.

Em oposição ao paradigma galileano, Ginzburg define o paradigma semiótico ou indiciário, no qual a reunião de vestígios, apa-

rentemente marginais e sem importância, permite a geração de inferências a respeito de uma realidade mais profunda e complexa. Embora se possa vincular seu aparecimento às práticas venatórias de tribos de caçadores, passando pela arte adivinhatória e pela interpretação dos sonhos, é à medicina que o paradigma indiciário deve sua sistematização. A leitura dos sintomas do corpo como método para o diagnóstico da doença, reconhecível apenas por meio destes indícios, é uma das fontes da tradição maior da semiótica, na definição de Sebeok, conforme vimos acima. Ao associá-lo à abdução peirciana, Ginzburg reconhece a matriz semiótica do paradigma. A abdução, ou inferência presuntiva, é um tipo de raciocínio que vai dos efeitos à causa – por isso é também chamada de retrodução –, cuja explicação necessita que se recorra à formulação de uma teoria. Ginzburg identifica este raciocínio nas práticas de decifração dos caçadores que, a partir da observação minuciosa e atenta de pistas aparentemente sem importância – pelos, esterco, pegadas, penas –, remontam a uma realidade não diretamente experimentável pelo observador. A dependência do raciocínio abduutivo à experiência empírica é ressaltada por Peirce na seguinte passagem:

Por Retrodução entendo aquele tipo de raciocínio pelo qual, *encontrando-nos confrontados por um estado de coisas* que, tomado em si mesmo, parece quase ou totalmente incompreensível, ou extremamente complicado, se não muito irregular, ou ao menos surpreendente, somos levados a *supor que talvez haja*, de fato, um outro estado de coisas definitivo, porque, embora não percebamos nenhuma evidência inequívoca dele, nem mesmo de uma parte sua (ou, independentemente de tal evidência, se ele de fato existe), ainda assim percebemos *que este suposto estado de coisas deveria lançar uma luz de razão sobre aquele estado de fatos com o qual somos confrontados*, tornando-o compreensível, provável (se não certo) ou relativamente mais simples e natural (MS 856, p. 3-4, 1911; grifos meus)<sup>6</sup>.

6 MS são os manuscritos de Peirce, catalogados de acordo com a numeração estabelecida por Richard Robin no *Annotated Catalogue of the Papers of Charles Sanders Peirce*. O número do manuscrito é seguido pelo número da página.

É a partir do confronto com a realidade que a abdução desenvolve um raciocínio hipotético com a intenção de tornar compreensível a experiência vivida. Entretanto, a fragilidade desta forma de inferência tem sido, ao longo da história da ciência, um empecilho para seu reconhecimento como um raciocínio com a mesma validade dos raciocínios indutivo e dedutivo. Ginzburg reconhece que no vínculo efetivo da abdução à experiência concreta residem tanto sua energia quanto sua fraqueza. As formas de saber indiciário, diz ele,

eram mais ricas do que qualquer codificação escrita; não eram aprendidas nos livros mas a viva voz, pelos gestos, pelos olhares; fundavam-se sobre sutilezas certamente não formalizáveis, frequentemente nem sequer traduzíveis em nível verbal [...]. Um sutil parentesco as unia: todas nasciam da experiência, da concretude da experiência. Nessa concretude estava a força desse tipo de saber, e o seu limite – a incapacidade de servir-se do poderoso e terrível instrumento da abstração (GINZBURG, 1989, p. 167)<sup>7</sup>.

É somente na medicina que este saber será codificado, aceito cientificamente e reconhecido socialmente. Entretanto, sua incorporação pelas ciências sociais vai fazê-las defrontar-se com um dilema: “ou assumir um estatuto científico frágil para chegar a resultados relevantes, ou assumir um estatuto científico forte para chegar a resultados de pouca relevância” (GINZBURG, 1989, p. 178). Para o historiador italiano, apenas a linguística conseguiu subtrair-se a este dilema, razão pela qual foi assumida como modelo para várias disciplinas.

É aqui que discordo de Ginzburg. Pretendo demonstrar com esta pesquisa que um dos limites da teorização semiológica sobre a comunicação reside justamente na irresolução do dilema supracitado. Embora, eventualmente, possa ter chegado a resultados relevantes, esta reflexão revelou-se insuficiente em sua tarefa de dar conta do fenômeno comunicacional, *exatamente por ter tentado assumir um estatuto*

7 Ainda assim, para Peirce, trata-se de um raciocínio lógico.